

Celso Maria de Mello Pupo.

Nasceu o nosso Campos Sales na rua do Bom Jesus. Esta rua chamava-se anteriormente rua de Santo Antônio, mas como o fundador da Igreja do Rosário, padre Antônio Joaquim Teixeira, colocou um altar junto à parede lateral da igreja, faceando a rua de Santo Antônio, e nele entronizou o Bom Jesus da Pedra Fria que viera de um bairro, o povo passou a chamar a rua de Santo Antônio, de rua do Bom Jesus, lembrando a vizinhança do altar de Cristo sob esta invocação.

Campos Sales quando estudante de direito, foi um dos redatores de "A Razão", jornal católico dos estudantes do largo de São Francisco, jornal que teve, ainda, em sua redação, Quirino dos Santos, Jorge Miranda e, mais tarde, Antônio Lôbo, como os outros, político em Campinas.

Pertenceu Campos Sales ao Partido Liberal, monárquico, pelo qual se elegeu deputado provincial em 1867. Posteriormente, aderiu à República e assinou o manifesto republicano de 1870, elegendo-se vereador por este partido em 1872, deputado provincial em 1881 e deputado geral em 1885. A 19 de novembro de 1889 era o ministro da Justiça do governo provisório republicano e, em diretriz financeira, teve uma atuação marcante para a diretriz que seguiu em toda a sua vida pública.

Pelos últimos anos da monarquia, distinguiram-se dois ministros de grande competência no campo financeiro: o liberal Visconde de Ouro Preto e o conservador Francisco Belisiário, conseguindo o Império, em seus últimos anos, ter o câmbio acima do par com o papel moeda brasileiro gozando de maior prestígio que a libra esterlina. Nesta época, a dívida pública era de valor igual a uma quinta parte da receita nacional.

A República, como em qualquer caso de mudança de regime, trouxe o abalo das finanças. Para ministro da Fazenda do governo provisório, entrou o grande Ruy Barbosa, já nêsse tempo com vasto renome que conquistou pelo talento e cultura, e que participava da opinião inflacionista defrontando-se com os ~~antimonetistas~~ contrários triunfantes até então.

Não demorou para que o assunto fosse tratado no governo provisório; em 30 de janeiro de 1890, Ruy Barbosa apresentou em reunião secreta do ministério, o seu projeto sobre emissões, ou antes, sobre os bancos emissores, que Ruy achava serem os remédios para as finanças tão abaladas pelo início do período republicano. Deodoro que se extasiava com a inteligência de Ruy Barbosa, deu-lhe franco apoio e tomou uma atitude um tanto impositiva, considerando sábio o projeto do seu ministro da Fazenda. O mesmo não pensavam Campos Sales e Aristides Lôbo que arrastaram na mesma senda de opinião, Demétrio Ribeiro e Benjamin Constante.

Explodiu, assim, uma funda divergência no primeiro ministério republicano. Ruy magoado com a violência da oposição, quiz demitir-se, com o que Deodoro não concordou. Demétrio Ribeiro demitiu-se no dia seguinte, e o assunto aguardou ocasião mais amena para voltar a ser cogitado; Francisco Glicério, outro campineiro, foi nomeado para a pasta da Agricultura que Demétrio deixara. Outra demissão que se seguiu, foi a de Aristides Lôbo, sucedido por Cesário Alvim como ministro do Interior, e as emissões bancárias voltaram a discussão em 10 de abril, tudo continuando

calmo por ter sido posto em "cosimento de água fria" o projeto das emissões até agosto, quando Ruy obteve neste projeto, a assinatura do chefe do governo, mesmo sem audiência dos demais ministros. E reascenderam as divergências no ministério, das quais não vamos agora tratar.

Ruy Barbosa esteve na pasta da Fazenda até 22 de janeiro de 1891, tendo como continuadores o Barão de Lucena e Tristão de Alencar Araripe. No período de Ruy Barbosa, 14 meses, foram emitidos 105 mil contos de reis, ou seja a média de sete mil e quinhentos contos por mês; no período Lucena-Araripe, 10 meses, foram emitidos 216 mil contos, ou seja a média de vinte e um mil e sescentos contos por mês.

Destas emissões, resulta que os defensores de Ruy acusam os seus sucessores como responsáveis pela catástrofe financeira que se seguiu, enquanto os acusadores de Ruy o responsabilizam como o instaurador do regime papalista, em inoportuna ocasião de mudança política e, consequentemente, de uma tendência inevitável para os abalos financeiros.

A verdade é que terrível foi a crise financeira ocasionada pelo primeiro governo republicano, historiada e romanceada pelo talento e elegância de estilo do Visconde de Taunay, em folhetins da "Gazeta de Notícias", e depois reunidos em livro "O Ensilhamento", descrevendo cenas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 91 e 92, com "os cambalachos, negocatas, traquibérnias dos grande e insaciáveis piratas bolsistas e sua sequela de devoradores da economia pública e particular", no dizer de Afonso de Taunay, filho do autor.

Floriano Peixoto, assumindo o governo em 23 de novembro de 1891, e tendo como ministro da Fazenda o paulista de Guaratinguetá Francisco de Paula Rodrigues Alves, pôs um paradeiro na inundação papalista; pelos seus três anos de administração, teve ainda no mesmo ministério, os ministros Serzedelo Corrêa, Felisberto Freire e Alexandre Cassiano do Nascimento que, no triênio florianista, emitiram 199 mil contos, de que resulta a média de cinco mil e quinhentos contos por mês, média abaixo das médias de Ruy e de Lucena-Araripe, embora Floriano tivesse problemas para enfrentar com a revolta de Custódio de Mello.

O paulista Prudente de Moraes, empossado na presidência em novembro de 1894, teve por ministros da Fazenda seus co-estaduanos Rodrigues Alves e Bernardino de Campos; em quatro anos, emitiram 107 mil contos, com a média de dois mil e duzentos contos por mês, sem que as agitações revolucionárias estivessem extintas. Mas Prudente chegou ao fim do governo depois de alcançar, por negociações com banqueiros europeus, a calma indispensável e desafogar a situação financeira, passando o governo a seu sucessor.

Quarto presidente da República foi o campineiro, nascido na rua do Bom Jesus a 13 de fevereiro de 1841, Manuel Ferraz de Campos Sales. Ele já se ocupara de assunto orçamentário no Império e já discordara de Ruy na desastrosa política inflacionista. Seu ministro da Fazenda foi Joaquim Murinho, tio avô do presidente Lycurgo da Academia Campinense de Letras.

Murinho era engenheiro e médico, e, parece, que não seguia a orientação posteriormente adotada por Gaston Geze que, em suas aulas na

... "Les ministres des finances non tech-

nicien a besoin d'avoir à coté de lui les technicien. C'est indispensable". Se Murtinho não tinha título de técnico em finanças, tinha cultura geral e especializada para a grande obra saneadora que realizou em bem das finanças brasileiras.

Era êle de uma constelação de talentos, pois, um irmão, José Antônio, doutor em medicina pela Faculdade do Rio e doutor em ciências físicas e naturais pela Politécnica da mesma cidade, foi professor, deputado em três legislaturas e senador da República. Outro irmão, bacharel em direito, foi presidente do Estado de Mato Grosso e parlamentar; e um quarto foi o proprietário da Mate-Laranjeira.

É que os homens públicos de formação imperial, brilhantes na República, tinham as bases de cultura geral para especializações, como Murtinho e Campos Sales no campo das finanças; Campos Sales fêz um governo que se notabilizou por várias faces, como na sua habilidade política pacificadora, de inestimável valor na vida do país que acabava de passar por fazes angustiosas.

São duas as estrelas brilhantes da história de Campinas que, também como outras, não recebem a veneração que merecem. Uma é Carlos Gomes, o esquecido, pois em Campinas ninguém conhece e ninguém ouve a quasi totalidade de sua obra musical; outra é Campos Sales, cuja estátua mudada para lugar secundário, foi mutilada para vergonha nossa, apresentando o homenageado que se mantinha com dignidade numa curul presidencial agora rebaixada para figurar o grande homem sentado numa banca! E êle foi o preclaro presidente que nasceu na rua do Bom Jesus.

---